

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026**  
(Do Sr. MÁRCIO HONAISSER)

Requer informações ao Ministério da Pesca e Aquicultura acerca dos critérios, fundamentos e motivos que embasaram a suspensão das licenças de pescadores e pescadoras profissionais no Estado do Maranhão, nos termos da Portaria MPA nº 644, de 5 de março de 2026.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao **Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA** informações detalhadas acerca dos critérios, fundamentos técnicos e motivos que embasaram a suspensão das licenças de pescadores e pescadoras profissionais no Estado do Maranhão, conforme disposto na Portaria MPA nº 644, de 5 de março de 2026, editada com fundamento no art. 25, caput, inciso III, da Portaria nº 127, de 29 de agosto de 2023, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Sem prejuízo dos esclarecimentos que se considerarem necessários, solicita-se que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

1. Quais foram os critérios técnicos e metodológicos utilizados para caracterizar o “indício de fraude” previsto no art. 25, inciso III, da Portaria MPA nº 127/2023, que fundamentou a suspensão das licenças dos pescadores e pescadoras profissionais do Estado do Maranhão? Solicita-se a indicação expressa dos parâmetros adotados e dos sistemas de cruzamento de dados utilizados;



2. Por que razão a suspensão das licenças foi efetivada sem notificação prévia individual aos pescadores afetados, suprimindo o contraditório antes da aplicação da medida, em aparente violação aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal?
3. Considerando que o recurso administrativo previsto no art. 2º da Portaria MPA nº 644/2026 é exclusivamente digital, quais medidas o Ministério adotou ou pretende adotar para garantir o acesso ao recurso pelos pescadores e pescadoras do Maranhão que não possuem acesso à internet ou domínio de ferramentas digitais, especialmente nas comunidades ribeirinhas e litorâneas do interior do Estado?
4. A suspensão das licenças produz efeitos imediatos sobre o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro-Defeso)? Em caso afirmativo, quais medidas o Ministério adotou para evitar a interrupção desse benefício de caráter alimentar durante o período em que o recurso administrativo estiver em análise?
5. Foram realizados estudos de impacto socioeconômico previamente à edição da Portaria MPA nº 644/2026, considerando os efeitos sobre as comunidades pesqueiras do Maranhão? Em caso positivo, solicita-se o encaminhamento dos respectivos documentos; em caso negativo, qual a justificativa para a ausência de tais estudos diante da magnitude da medida — 236.534 licenças suspensas em todo o País?
6. Quais critérios foram utilizados para formar as listas de suspensão? Houve uso de cruzamento automatizado de dados ou Inteligência Artificial nesse processo? Caso



tenha havido, é importante observar que esses sistemas podem gerar falsos positivos, incluindo pescadores que atendem aos requisitos legais. Por isso, é fundamental garantir transparência nos critérios, revisão humana das análises e direito ao contraditório e à ampla defesa, considerando que o Seguro-Defeso é essencial para a subsistência das famílias de pescadores durante o período de proibição da pesca.

7. Foram aplicadas restrições sistêmicas a pescadores e pescadoras do Estado do Maranhão, incluindo bloqueio do Seguro-Defeso sob a justificativa de "pendência cadastral", antes de 12 de março de 2026, data de entrada em vigor da Portaria MPA nº 644/2026? Em caso afirmativo, qual o fundamento legal que autorizou a produção de efeitos restritivos antes da vigência formal da norma, e quantos pescadores maranhenses foram afetados por essas restrições no período anterior à publicação do referido ato normativo? Registra-se que restrições sistêmicas já estavam sendo aplicadas aos pescadores antes mesmo da publicação da referida portaria, por meio de notificações de "pendência cadastral" implementadas entre 20 a 30 dias antes da edição do próprio ato normativo, o que configura produção de efeitos restritivos sem qual quer amparo vigente à época.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informações tem por finalidade obter esclarecimentos oficiais acerca dos fundamentos que embasaram a suspensão das licenças de pescadores e pescadoras profissionais no Estado do Maranhão, determinada pela **Portaria MPA nº 644, de 5 de março de 2026**, editada com fundamento no art. 25, caput, inciso III, da Portaria nº



127/2023 do Ministério da Pesca e Aquicultura, publicada no Diário Oficial da União.

O Maranhão é um dos estados com maior presença de pescadores artesanais no Brasil, com comunidades que dependem exclusivamente da atividade pesqueira para sua subsistência e renda. A pesca artesanal no estado concentra-se especialmente na Baixada Maranhense, no Litoral Ocidental, na Ilha de São Luís e na região dos Lençóis Maranhenses, áreas marcadas pela vulnerabilidade social e pela ausência de alternativas econômicas.

A suspensão das licenças de pesca — sem que haja transparência quanto aos critérios adotados, sem notificação individual clara e sem prazo razoável para regularização — gera grave insegurança jurídica e econômica para esses trabalhadores. A medida pode, ainda, afetar diretamente o acesso ao **Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro-Defeso)**, benefício de caráter alimentar e social de grande relevância para as famílias pescadoras maranhenses, especialmente durante os períodos de defeso.

Registra-se, ainda, que a Portaria MPA nº 644/2026 abrangeu pescadores de diversos estados da federação, tendo sido publicadas listas específicas por estado. No caso do Maranhão, o número de afetados é expressivo, o que reforça a necessidade de que este Parlamento exerça sua função constitucional de fiscalização do Poder Executivo, assegurando que os direitos dos pescadores e pescadoras sejam devidamente respeitados.

Nesse contexto, o presente Requerimento de Informações é medida necessária e urgente, visando a garantir transparência administrativa, proteger os direitos dos trabalhadores da pesca do Maranhão e subsidiar eventuais medidas legislativas ou requerimentos adicionais que se façam necessários para a defesa dessas comunidades.

Sala das Sessões, em        de        de 2026.

MÁRCIO HONAISSER

